

Estatização promete briga

Ampla participação do Estado na economia. A proposta, que provoca arrepios de horror em constituintes como Afif Domingos, Delfim Netto e Ronaldo César Coelho, vai ser apresentada à Comissão pelo economista e deputado César Maia (PDT-RJ), ex-secretário da Fazenda do Governo Leonel Brizola.

A experiência mostra que o mercado livre gera mais pobreza e produz defasagem tecnológica crescente — entende César Maia, que já redigiu, em sete folhas datilografadas, o título "Da Ordem Econômica" que considera ideal para a Constituição. Este projeto vai ser entregue à Comissão para discussão.

Três formas de propriedade são propostas. A privada baseada na livre iniciativa; a pública baseada no controle do Estado; e "formas intermediárias, baseadas na propriedade cooperativa, associativa, comunitária, autogestionada e cogestionada". Maia também pretende introduzir o sistema de planificação na economia, dividido em três partes: o Plano Estratégico, o Plano Plurianual de Investimentos e o Orçamento.

Esta forma de organizar o sistema produtivo é batizada pelo ex-ministro Delfim Netto de "economia de comando", que se contrapõe à "de mercado". Delfim acredita no mercado, vale dizer, na idéia de que as forças que interagem na economia sabem escolher por si só o melhor caminho.

ANC 88
Pasta 21 a 25
março/87
034

Comissão define rumos da economia

22 MAR 1987

GUILHERME SOARES
Da Editoria de Economia

Donos de fortunas acumuladas e funcionários públicos; grandes proprietários de terras e bóias-frias do interior de São Paulo; empresários engravatados e sem gravata; empregados domésticos e operários da construção civil — todos os brasileiros têm motivos de sobra para prestar atenção ao seleto grupo de constituintes que vai se reunir daqui a 10 dias, na Comissão da Ordem Econômica.

É essa comissão, ao lado da não menos importante Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, que vai definir os conceitos, normas e princípios que apontarão os caminhos da economia do futuro, a partir da promulgação da nova Constituição. Em outras palavras, pobres e ricos vão saber se é possível ou não melhorar de vida no século 21.

O octogenário senador e professor de Direito Consti-

tucional Afonso Arinos (PFL-RJ) ensina que a "economia é o nervo da vida social". Observa que hoje é "óbvia" a importância de revelar, nas constituições das sociedades modernas, "o lado oculto da economia". Lembra que esta preocupação surgiu após a Primeira Guerra Mundial, com a constituição alemã, e veio a orientar a "lei das leis" mundo afora.

Mas o que é o lado oculto da economia? O senador e ex-ministro Severo Gomes (PMDB-SP) ajuda a responder. A Constituição, diz ele, ao estabelecer as regras fundamentais define, por exemplo, quem pode deter o direito de propriedade do subsolo e das riquezas nacionais. Ou então as limitações da propriedade privada. E a partir de definições como essas que poderá surgir um regime econômico que privilegie os mais poderosos ou que dê assistência aos miseráveis, acreditam os constituintes.

— Em oito meses, o Go-

verno desarticulou um sistema produtivo de quase 500 anos —, dispara o extodo-poderoso ministro e deputado Delfim Netto (PDS-SP). A importância da Constituição, segundo pensa Delfim, traduz-se no estabelecimento de pressupostos como o regime de propriedade e a organização do sistema produtivo. O que está por trás do raciocínio de Delfim é que não se pode permitir ao Governo mudanças radicais na economia, desarrumando o que se organizou desde os tempos de Cabral.

Não é à toa que os 63 constituintes que vão integrar a Comissão da Ordem Econômica — mais os 63 da Comissão do Sistema Tributário —, pelo caráter marcante de sua missão, serão escolhidos a dedo pelos partidos representados na Constituinte. São economistas, ex-ministros, ex-secretários estaduais, advogados e empresários. Afinal, sua missão é das mais sensíveis: mexe no bolso de cada brasileiro.

A briga ainda está no início

Os princípios econômicos da atual Constituição — que têm vida curta como o personagem Renato Villar — mostram como será polêmica a repercussão do trabalho do grupo de 63 (ou 126) constituintes. Basta examinar um dos princípios, inscritos no artigo 160, para dar uma idéia da briga que ainda está nos momentos iniciais.

E o que prevê a "valorização do trabalho como condição da dignidade humana". O mais desavisado cidadão pode tomar um susto, mas a Carta em vigor, outorgada pelos militares em 1967, emendada 26 vezes, demonstra preocupação com os que vivem de salário no País em que é preciso levar vantagem em tudo, certo?

Errado. O banqueiro e deputado Ronaldo César Coelho (PMDB-RJ), acredita num "capitalismo com preocupação social". Nada de capitalismo selvagem. Afirma que, num país de 50

milhões de miseráveis, não há ricos. "São desigualdades sociais que envergonham, insultam a consciência de qualquer um".

Ele propõe um choque de eficiência no Estado, capaz de habilitá-lo a suprimir as desigualdades. Daí, então, é possível um regime de livre iniciativa onde o Estado "não tira a capacidade de progresso, de empreender, nem dops a sociedade com excessiva proteção que desestimula o investimento".

Ronaldo Coelho, um dos sócios do London Multiple — banco associado no Brasil ao Lloyds Bank inglês —, faz questão de declarar que não está na Constituinte como representante dos banqueiros ou das elites endinheiradas. Está para defender suas convicções: o fim da mentalidade cartorial, a democracia de oportunidades, a tregua na "guerra civil silenciosa", a eliminação do sistema concentrador de renda.

O bancário e deputado Augusto Carvalho (PCB-DF) está de olho no sistema financeiro — a ser tratado em uma das três sub-comissões da Comissão do Sistema Tributário. Augusto ainda não sabe se poderá integrá-la como titular, porque o PCB só tem outros dois constituintes.

Seja como for — qualquer constituinte poderá intervir nas discussões de todas as comissões e sub-comissões, sem direito a voto —, Augusto está disposto a centrar fogo num ponto: a reforma bancária. A idéia é dar conteúdo social ao crédito, aos empréstimos e aos financiamentos, dirigindo-os para os segmentos mais carentes.

Augusto admite que a reforma bancária, através do fortalecimento das instituições oficiais como o Banco do Brasil, seria o primeiro passo em rumo do objetivo maior: a estatização do sistema financeiro.

Municipalização ganha força

Retirar poderes da União e do Estado e transferi-los para o município. Em defesa dessa proposta circulam deputados de diversas convicções ideológicas como o empresário Guilherme Afif Domingos (PL-SP) e o advogado Irajá Rodrigues (PMDB-RS). O município conhece e sabe resolver como ninguém os seus problemas — esta convicção une os dois e mais uma legião de políticos.

Dar poderes ao município é uma questão que a Comissão da Organização do Estado vai resolver, mas a Comissão da Ordem Econômica deve mexer no assunto, "pois o que se desperdiça de recursos com a concentração de poderes é algo que a sociedade não suporta mais", alerta Afif Domingos.

Ele quer introduzir um novo conceito na Constituição: o de empresa individual, pelo qual a pessoa física é a própria empreendedora. Para montar uma empresa, o cidadão não precisaria se tornar pessoa jurídica. Apenas se responsabiliza legalmente perante o município e investe parcela de seu patrimônio individual.

Esta concepção, segundo Afif Domingos, vem de outra: a de que "os indivíduos organizados em suas comunidades podem fazer pelo social muito mais do que o estatismo diz que faz". Hoje, "a iniciativa individual é esterilizada pela ação do Estado". O indivíduo, como empreendedor, é capaz de construir sua riqueza e a dos outros. Outra idéia: a descentralização garante a

liberdade aos cidadãos. São os pensamentos que Afif, dono de 340 mil votos, vai levar à Comissão da Ordem Econômica.

Coordenador do Grupo de Assuntos Econômicos do PMDB, o deputado Irajá Rodrigues também faz fé nas vantagens do municipalismo. Sem a dispersão de recursos provocada pela concentração de poderes, "a administração municipal funciona em níveis mais baratos". Quando o município custar mais barato, chegará a hora da "mexida tributária".

Irajá acredita que o sistema tributário atual é regressivo. "Tira de quem não tem e acumula em

quem tem". Cita exemplos. Produtos alimentícios básicos são onerados em 17 por cento do ICM. Em alguns casos, sofrem a alíquota do IPI.

Se o contracheque ganhar alguns grammas de peso e o assalariado resolver economizá-los em caderneta de poupança, imediatamente é beneficiado com o incentivo fiscal a ser concedido na declaração ao imposto de Renda. Para sustar o processo de transferência de renda, a sugestão de Irajá é extinguir todos os impostos e criar três novos, de abrangência nacional: um seletivo, para mercadorias, outro sobre os bens imóveis e o imposto de renda, sobre capital.

Controle sobre a dívida

Dívida externa e investimentos estrangeiros no País. Sintomaticamente, apenas César Maia afirmou espontaneamente que são assuntos que a Comissão da Ordem Econômica vai tratar. Ele dedica um dos capítulos que escreveu em sua proposta à delicada questão.

Onde for permitido, o capital estrangeiro "terá função supletiva, operando em regime especial com limites definidos para suas transferências (financeiras, comerciais e tecnológicas)", idealiza Maia. Proíbe aos estrangeiros a propriedade do solo e do subsolo, bem como dos bancos, empresas financeiras e seguradoras.

As operações de empréstimo externo que en-

volvam "pessoa jurídica de direito público ou o uso de divisas" devem estar previstas no Plano Estratégico, pensa o deputado.

São questões que vão render na Constituinte. "Não haverá lobby para influir na discussão de parlamentarismo ou presidencialismo", antecipa o senador Severo Gomes.

É certo, também, que ninguém chega à Comissão com posições fechadas. Severo Gomes, entretanto, se arrisca numa previsão: "Quanto mais a Constituinte demorar, mais conservadora será a Constituição". O raciocínio é o de que os progressistas costumam dividir-se com facilidade, enquanto os conservadores, escolados na experiência do poder, ficam unidos.